



DENI

Os irmãos
Domingos, Catarina
e Zacarias.
PÁGINA 10

PANORAMA

As bicicletas elétricas estão
autorizadas a circular na nova orla do
Canal de Camburi, em Vitória.

PÁG. 02

Tribunal de Contas emite
Parecer Prévio pela rejeição das
contas de 2024 da Prefeitura de
Ibiraçu **PÁG. 05**

Contas de gestoras da Câmara de Conceição da Barra são julgadas irregulares

Os conselheiros que compõem a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) julgaram irregulares tomada de contas especial instaurada na Câmara de Vereadores de Conceição da Barra. No processo, três gestoras da Câmara foram condenadas a devolver dinheiro à Câmara. O caso teve início quando a Ouvidoria do TCE-ES recebeu uma denúncia de sobrepreço na contratação para serviços de dedetização e desratização na Câmara Municipal de Conceição da Barra.

PÁG. 03



Setor produtivo capixaba lança manifesto para colocar planejamento e desenvolvimento no centro do debate eleitoral **PÁG. 07**

Sucesso da pecuária em áreas alagadiças depende de estruturas adequadas de cercamento **PÁG. 09**

Apresentado diagnóstico preliminar sobre monitoração eletrônica na proteção às mulheres

NOSSOS ARTICULISTAS



José Mauro Fantoni

365 DIAS DE
SUPERAÇÃO

Página 03



**Norma Astréa
Nunes Grünewald**

SADISMO, COVARDIA E AS
ALMAS DOS INOCENTES

Páginas 04



Paulo Florêncio

“FOGE TAMBÉM
DESTES...”

Página 08



**Antonio de Pádua
Motta**

NAS HORAS DE
SILÊNCIO

Página 09



PÁG. 06



PANORAMA POLÍTICO

Essa coluna é publicada todas as terças-feiras, quintas-feiras e domingos

PAULO CÉSAR DUTRA
dutra7099@gmail.com

20 ANOS DEPOIS



Na foto acima, feita em 2007, pela assessoria de imprensa do Governo do Estado do Espírito Santo, estavam o Secretário de Estado do Planejamento, Guilherme Dias, o presidente do Grupo Infinity Bio-Energy, Sérgio Schiller Thompson Flores, o vice governador, Ricardo Ferraço, o governador Paulo César Hartung Gomes e o presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo – ALES, Guerino Zanon, que assinaram o documento da liberação dos R\$ 57 milhões, que foram sacados em 7 (sete) agencias, porque não havia o dinheiro em um só BANESTES.

20 ANOS DEPOIS

Como a empresa Infinity faliu em 2009 e não tinha como pagar as dívidas, um processo foi impedido de ser aberto no Tribunal Justiça do Estado do Espírito Santo-TJES. Ninguém explicou até hoje, por que o processo foi aberto na Justiça do Estado de São Paulo? Hoje, dia 2 de agosto de 2026, de acordo com cálculos de economistas, já ultrapassam a casa dos R\$ 3,5 bilhões de prejuízos para o BANESTES, que se nega dar qualquer informação do banco. O assunto continua sendo ignorado pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo – ALES, pelo Governo do Estado e de todas as autoridades legais do Estado. Perguntar não ofende! Pode isto Arnaldo?

LULINHA + CANNABIS

O ministro André Mendonça, do STF (Supremo Tribunal Federal), autorizou a Polícia Federal a abrir um inquérito para investigar suspeitas envolvendo o empresário Fábio Luís Lula da Silva, conhecido como Lulinha, filho do presidente Lula (PT). Como revelou a Folha, a solicitação da PF feita na última sexta-feira (24) foi distribuída na quarta-feira (29) a Mendonça. Os investigadores querem apurar os crimes de corrupção e tráfico de influência nas tentativas de obter autorização para a comercialização de cannabis medicinal no Ministério da Saúde.

A suspeita é a de que o tráfico de influência para estas negociações tenha sido exercido junto à pasta e ao gabinete da Presidência, de acordo com informações da PF. A defesa de Lulinha negou irregularidades e sugeriu haver interesse político por trás do inquérito. Lula afirmou que seu filho não terá privilégios e precisará provar inocência. Lulinha tem atuação no ramo em parceria com a empresária Roberta Luchsinger, sua amiga, e o lobista Antonio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS. O pedido de abertura de inquérito também cita contatos entre os alvos e servidores, inclusive do gabinete de Lula.

SEGUNDA PONTE

A mobilização das equipes, a montagem do canteiro e a chegada dos equipamentos para a implantação da quinta faixa da Segunda Ponte começam nesta sexta-feira, dia 31. Os primeiros serviços de reforço estrutural serão realizados na parte inferior da ponte a partir da próxima semana. Nesta etapa, não haverá interdição da pista. Os bloqueios estão previstos para uma fase posterior, quando as equipes iniciarem intervenções na própria via, como o corte da barreira divisória e a transferência de postes para a lateral da estrutura.

BICICLETAS ELÉTRICAS

As bicicletas elétricas estão autorizadas a circular na nova orla do Canal de Camburi, em Vitória, mas devem respeitar o limite máximo de 6 km/h. A regra vale para todo o espaço compartilhado entre pedestres, ciclistas, corredores e demais frequentadores. Segundo a Prefeitura de Vitória, o local recebeu placas com informações sobre a velocidade permitida. A Guarda Municipal manterá ações educativas e de fiscalização.

CIDADANIA ITALIANA

A Corte de Cassação da Itália voltou a reafirmar um dos princípios fundamentais do direito à cidadania italiana por descendência – ‘iure sanguinis’. Historicamente compreendida como um direito originário, a cidadania ‘iure sanguinis’ é adquirida automaticamente no nascimento, sendo de natureza permanente e imprescritível. A decisão foi proferida pelas Seções Unidas, no julgamento de um caso que discutia a chamada “questão do menor”, controvérsia em torno da eventual perda da cidadania italiana por filhos menores, quando seus pais adquiriam voluntariamente outra nacionalidade. Esse direito só poderá ser extinto pela manifestação consciente e voluntária do próprio titular.

MORO DEFENDE

O pré-candidato ao governo do Paraná Sergio Moro (PL-PR) classificou na última quarta-feira, 29, como um “grande absurdo ilegal” a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que deu prazo de 48 horas para a defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) explicar o uso de sua imagem e voz em um vídeo produzido com inteligência artificial (IA), exibido durante a Convenção Nacional do PL, no último sábado, 25. Na postagem, Moro criticou o fato da ordem ter sido expedida por Moraes, e não pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Moro aponta que é um “um absurdo” o caso contra o Bolsonaro.

Segurança pública e insegurança social nos marcos da sociedade de risco

Wagner Balera *

Dentre as funções essenciais do Estado, destaca-se a segurança pública, condição necessária para a efetivação dos direitos humanos. A preservação da ordem pública, da integridade das pessoas e do patrimônio não se resume à repressão da criminalidade. Compreende, naturalmente, a garantia de condições aptas ao bom convívio social.

A sociedade de nossos dias enfrenta desafios que exigem mais do que os modelos tradicionais de segurança pública oferecem. Como adverte Ulrich Beck, a modernidade gerou um ampliado catálogo de riscos decorrentes do processo de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico. Para além da produção de riquezas, é manifesto que novos riscos abarcam amplos setores da vida social.

Na esfera da segurança pública, esses riscos se expressam na expansão da criminalidade organizada (que assume escala transnacional), no uso abusivo de tecnologias para a delinquência —

criando, até mesmo, o submundo do crime nas redes sociais — bem como no emprego da tecnologia para a apropriação e o desvio de informações amealhadas em bases de dados, que substituem o delito físico pelo delito virtual. É outro o tipo de violência que se vê.

A insegurança social não se pauta tão-somente pela ocorrência de atos criminosos. São as próprias estruturas de proteção que revelam cabais vulnerabilidades. Acrescente-se, ainda, a infame desigualdade social, os precários meios educativos e a ampliação de um mercado de trabalho informal, desprovido de garantias mínimas e de amparo social.

A Constituição brasileira fixa a segurança, já em seu Preâmbulo, como valor, como direito e como responsabilidade de todos. O mesmo texto exige que a ordem pública derive de uma articulada atuação entre as instâncias estatais e a própria comunidade.

Posta a questão nesses termos,

não se pode aceitar que a segurança pública seja qualificada como mera atividade repressiva. É, antes, garantia do exercício pleno da cidadania. Nessa perspectiva, permanece atual a lição da Encíclica *Pacem in terris*, segundo a qual a convivência social deve assentar-se sobre os fundamentos da verdade, da justiça, do amor e da liberdade. A verdade impõe o reconhecimento das causas reais da violência e da exclusão; a justiça reclama a efetivação dos direitos fundamentais; o amor social inspira a solidariedade entre as pessoas e as instituições; e a liberdade assegura que as políticas de segurança sejam desenvolvidas com respeito à dignidade humana. Esses vetores contribuem para compreender a segurança pública como instrumento de promoção da paz social, e não apenas como mecanismo de repressão.

Portanto, a vida, a liberdade e a integridade das pessoas exigem proteção

pela via legítima dos vetores do Estado Democrático de Direito, vale dizer, da legalidade, da proporcionalidade e, sobretudo, do respeito à dignidade da pessoa humana.

Os riscos contemporâneos se mostram revestidos de pluralidade de enfoques. Não é apenas o fenômeno da criminalidade que deve ser repensado. Suas causas — tais como a marginalidade, a exclusão social e as precárias condições de vida, habitação, transporte e trabalho — tornam as pessoas cada vez mais vulneráveis.

Eis a razão pela qual a efetividade dos direitos sociais depende, mais do que nunca, da capacidade do Estado de investigar as causas e coibir os efeitos das questões relacionadas à segurança pública.

Enfrentar tais desafios faz parte dos contornos da sociedade de risco e exige uma governança apta a alinhar prevenção, proteção e inclusão social em um

contínuo de eficiência.

Desse modo, atacar as causas do abismo social existente no País e superar os desafios propostos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são caminhos que se espera alcançar.

A partir do desempenho eficiente dos setores responsáveis pelo fornecimento do cardápio de direitos humanos essenciais — educação, saúde, moradia, trabalho e seguridade social — é bem possível que a repressão criminal se torne menos necessária e que seja conquistada a tão desejada sociedade livre, justa e solidária.

A par dessas políticas, é indispensável a integração entre as estruturas públicas em prol do objetivo constitucional da eficiência, de modo a proporcionar que segurança pública e justiça social caminhem como componentes complementares de atuação em favor do incremento sempre mais amplo dos direitos humanos.

Wagner Balera é Doutor em Direito das Relações Sociais e Mestre em Direito Tributário (PUC/SP). Professor Titular de Direitos Humanos da PUC/SP e coordenador da Revista de Direitos Humanos da Editora LexMagister.

Jornal O PIONEIRO

www.jornalopioneiro.com.br

REDAÇÃOAv. Governador Lindenberg, 609
Linhares - Centro - CEP:29.900-020
Telefone: (27) 3371-1811
redacao@jornalopioneiro.com.br
opioneiro@jornalopioneiro.com.br
www.jornalopioneiro.com.br

FUNDADOR E DIRETOR RESPONSÁVEL
Deni Almeida da Conceição

DIRETOR COMERCIAL
Diego Pandolfi A. da Conceição

EDITADO POR
Editora O PIONEIRO Ltda ME

ASSINATURAS
assinatura@jornalopioneiro.com.br

DIAGRAMAÇÃO
Diego Pandolfi A. da Conceição

COLABORADORES
Alexandre Araujo, Gaudêncio Torquato, Norma Astréa Grünwald, Paulo Cesar Dutra, Antonio de Pádua Motta.

As colunas criadas e publicadas em O PIONEIRO são exclusivas e não podem ser publicadas em outros meios de comunicação sem prévio consentimento.

O PIONEIRO é o jornal mais lido do Norte do Estado

www.facebook.com/opioneiro
www.twitter.com/jornalopioneiro

Os colaboradores de O PIONEIRO não têm vínculo empregatício

O PIONEIRO não se responsabiliza por conceitos emitidos em matérias assinadas

CIRCULAÇÃO O PIONEIRO circula todas as
terças, -feiras quintas-feiras e aos domingos

Contas de gestoras da Câmara de Conceição da Barra são julgadas irregulares

Os conselheiros que compõem a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) julgaram irregulares tomada de contas especial instaurada na Câmara de Vereadores de Conceição da Barra. No processo, três gestoras da Câmara foram condenadas a devolver dinheiro à Câmara.

O caso teve início quando a Ouvidoria do TCE-ES recebeu uma denúncia de sobrepreço na contratação para serviços de dedetização e desratização na Câmara Municipal de Conceição da Barra.

Depois de receber a denúncia, o Tribunal acionou a Controladoria Legislativa de Conceição da Barra para que fizesse a apuração do caso. Foi a própria Controladoria que confirmou a irregularidade, indicando existência de indício de fraude, direcionamento na contratação, sobrepreço e superfaturamento, dispensa indevida de licitação e ausência de segregação de funções.

“No processo não existe qualquer estudo, termo de

referência, anexo ou documento que mencione qualquer peculiaridade, exigência sanitária municipal, ou necessidade específica no objeto a ser contratado, no mesmo sentido não existe qualquer informação sobre o alegado ‘plano contínuo de monitoramento e controle de pragas’”, apontou a Controladoria.

No julgamento do processo baseado na denúncia, foi observado sobrepreço em duas contratações – uma em 2023 e outra em 2024. Somados os dois contratos, registrou-se um sobrepreço total de R\$ 42.212,50.

Segundo a apuração, os responsáveis pelo dano foram a presidente da Comissão Permanente de Licitações, Maria Eduarda Souza Maia; a secretária de Administração, Tânia Regina Evangelista de Souza; e a agente de Contratação, Patrícia Alves de Souza. A empresa contratada, Dedetizadora Casa Limpa Ltda também foi responsabilizada. A todos eles, foi dado o prazo de 30 dias para o pagamento dos valores.

TOMADA DE CONTAS

Já na análise da tomada de contas especial, foi observado que os valores não foram pagos. “Regularmente cientificados, os responsáveis não comprovaram o recolhimento dos débitos no prazo concedido, tampouco apresentaram fato superveniente capaz de modificar a decisão anteriormente proferida”, apresentou o relator do processo, conselheiro Carlos Ranna. “Diante da ausência de recolhimento voluntário do débito, devem ser julgadas irregulares as contas dos responsáveis, com a manutenção da imputação de débito anteriormente fixado e a adoção das providências destinadas à constituição do título executivo e a cobrança de valores”, acrescentou o relator. Dessa maneira, foi mantida, de forma definitiva, a necessidade de ressarcimento aos cofres públicos. O valor de R\$ 12.025,00, referente ao dano de 2023, deve ser pago de forma solidária pela empresa e pela presidente da Comissão Permanente de Licitações. Já o total de R\$ 30.187,50 deve ser pago, também de forma solidária, pela empresa, pela secretária de Administração e pela agente de Contratação. Por fim, como destacou o relator em seu voto, as contas das gestoras foram julgadas como irregulares, em razão da prática de ato de gestão ilegal que ocasionou dano ao erário. Conforme Regimento Interno da Corte de Contas, dessa decisão ainda cabe recurso.

Processo TC 1774/2026

Os melhores produtos com preço de fábrica



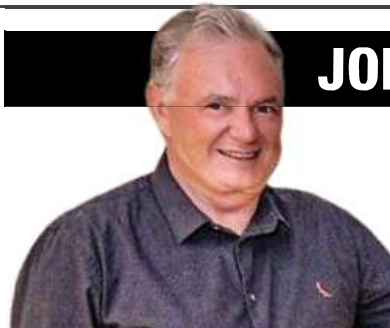
LOJA NA
FÁBRICA

móveis
Rimo
SEU SONHO, SUA CASA

ATENDIMENTO PELO WHATSAPP
27 99255-6465

Av. Prefeito Samuel Batista Cruz, 6433, Nova Betânia / Linhares - ES • EM FRENTE AO SHOPPING • 27 2103-5599

JORNAL O PIONEIRO



José Mauro
Fantoni

365 dias de superação

A gente aprendeu a aplaudir chegada.

O diploma, a promoção, a casa nova, a foto no fim da maratona. Tudo que tem linha de chegada tem plateia.

Só que a vida quase nunca acontece na linha de chegada.

Ela acontece numa terça-feira qualquer, quando alguém acorda sem vontade nenhuma e vai assim mesmo. Quando recebe uma notícia ruim de manhã e ainda atende o cliente à tarde com educação. Quando está desempregado há sete meses e continua mandando currículo, já sabendo o gosto do silêncio que vem depois.

Isso também é superação. Só que ninguém filma.

Tem gente que atravessa o ano inteiro assim sem tragédia, sem manchetes, sem colapso — e sem descanso. Carregando um diagnóstico, uma dívida, uma ausência, um casamento que terminou por dentro antes de terminar por fora.

Cruzam com a gente no mercado, no elevador, na fila do banco. Cumprimentam. Sorriem. Seguem. E a gente não faz ideia.

A dor quase nunca vem avisando. Vem disfarçada de mau humor, de resposta seca, de atraso. A gente julga rápido que pessoa grosseira. Talvez seja. Ou talvez seja alguém que dormiu três horas porque passou a noite no hospital com a mãe.

Não dá pra saber. E é justamente por não dar pra saber que vale errar pro lado da paciência.

Se a maior parte das batalhas é travada em silêncio, boa parte da ajuda também precisa ser silenciosa.

Não é sobre resolver a vida de ninguém. Ninguém tem esse poder.

É sobre não pesar mais. É o bom dia com olho no olho, e não olhando pra tela enquanto fala. É ouvir até o fim, sem já estar montando a resposta. É a paciência com o caixa lento, com o motorista que errou, com o colega que hoje não rendeu.

Nada disso custa dinheiro. Custa atenção — que hoje é bem mais caro.

E tem uma diferença que importa gentileza que a gente pratica só quando está de bem com a vida não é caráter. É humor bom. E humor bom vai embora.

Gentileza que vale é a que sobrevive ao dia ruim.

Fico imaginando uma cidade em que cada pessoa fizesse uma coisa dessas por dia. Uma só. Durante 365 dias.

Não viraria notícia. Viraria clima. E clima muda tudo muda como a gente entra no trabalho, como educa filho, como discute com vizinho, como envelhece. Muda o que a criança aprende sem ninguém precisar ensinar — porque criança não faz o que a gente manda, faz o que a gente repete.

Mas tem uma parte dessa conta que quase ninguém comenta.

Quem mais muda não é quem recebe o gesto. É quem faz.

Porque a gentileza tira a gente do centro. E sair do centro, mesmo por dois minutos, é um descanso que muita gente ansiosa nunca experimentou. Quem cuida de alguém esquece um pouco do próprio peso. Não é caridade. É oxigênio.

Pensa numa coisa você provavelmente já foi salvo por um gesto pequeno que nem lembra direito. Um professor que acreditou. Um chefe que deu uma chance sem ter obrigação. Um amigo que ligou justamente na noite em que você estava mal e não contou pra ninguém.

Pra ele foi um minuto. Pra você foi uma virada.

A gente nunca sabe qual gesto vai pegar. E por não saber, o jeito honesto é fazer sempre — sem fazer as contas.

Superação, no fim, não é nunca cair. É levantar quantas vezes for preciso e, quando der, estender a mão pra quem está levantando junto.

Ninguém é forte a ponto de nunca precisar. Ninguém é fraco a ponto de nunca poder.

E vida boa não se constrói num dia de inspiração. Se constrói na repetição — que é chata, que não rende foto, que ninguém elogia.

Trezentas e sessenta e cinco vezes.

Fica o desafio um gesto por dia, durante um ano. Ninguém vai fiscalizar. Ninguém vai aplaudir. E é justamente por isso que vale.

E você, tem coragem de começar amanhã cedo — sem contar pra ninguém.

SOBRE O AUTOR

José Mauro Fantoni é o fundador do Grupo Fantoni e um dos membros do Grupo Fama Educacional



Norma Astréa Nunes Grünewald *

1 X 0 PARA O CAPIROTO

Nos bons tempos da extinta Unilinhares, recebemos, em sua quadra, diversos renomados palestrantes como Luiz Almeida Marins, Lair Ribeiro, Paulo Henrique Amorim, Içami Tiba, Rubem Alves, Pedro Vasco Moretto... Não me lembro bem de qual deles eu ouvi a historinha, que, a seguir, eu conto à minha moda.

Em priscas eras, as coisas eram muito monótonas, então, Deus e o capeta resolveram fazer um desafio, cujo vencedor seria quem ameaçasse mais almas, tendo seis meses de prazo para conferência final. Disposto a vencer, Satanás chamou todos os seus demônios, que cochilavam, pachorrentamente, e lhes disse:

“- Levantem esses rabos, seus merdas! Chega de coçarem os sacos! Vão para Terra AGORA! Se virem nos trinta, atentem bastante aqueles babacas lá de cima e deem um jeito de ganhar as almas deles para mim. Fiz uma aposta com aquele que se julga Deus e eu não aceito perder. Se eu não ganhar nesse cacete, vou mandar instalar no lugar da fornalha que vocês mais gostam um ar condicionado de 500 mil BTUs, só para ver vocês tiritando de frio.”

Enquanto isso, Nosso Senhor chamou os chefes dos Serafins, Querubins e Tronos,

e lhes solicitou que orientassem os anjos da guarda dos terrestres, no sentido de tocá-los com o Espírito Santo, induzindo-os a se amarem uns aos outros, e a, espontaneamente, praticarem o bem e a caridade.

Imediatamente, Metraton (chefe dos Serafins) Raziel (comandante dos Querubins) e Auriel (líder dos Tronos) se reuniram com o Arcanjo Miguel e, juntamente com suas legiões, voaram para o 3º planeta em ordem de afastamento do sol para cumprir a vontade de Deus.

Após cinco meses do trato, Nosso Pai e Lúcifer se encontraram para uma primeira apuração e constaram que Deus estava ganhando com uma margem de 20%. Naturalmente Belzebu ficou “endiabrado”, reuniu os seus liderados, vociferou, chutou seus traseiros, enterrou o tridente no lombo deles, e quis saber o que cada um dos chefes havia feito. Os sete líderes das legiões de capetas passaram a relatar seus feitos, atrelados aos pecados capitais:

- “Eu fiz os homens gostarem muuuuuuito de sexo, a ponto de se esquecerem do respeito, da decência e da fidelidade.”

— “Eu os incentivei a comerem mais do que necessitam, esquecendo-se daqueles que têm fome.”



— “Graças a mim um monte deles gostam MUITO de dinheiro, de acumulá-lo e o fazem explorando aqueles que os ajudam a ganhá-lo.”

— “Eu plantei o ódio e o desejo de vingança em seus corações.”

— “Eu incuti neles as sementes do orgulho e da arrogância”.

— “Eu lhes dei a preocupação excessiva com o aspecto físico para conquistar a admiração dos outros.”

— “Eu os fiz ter o desejo de fazer aquilo que nós fazíamos antes de o sr., Chefinho, nos dar essa empreitada, ou seja: NADA!”

Após cada relato, Satanás “virava o capeta” e os chicotava. Por fim, disse-lhes que se ele perdesse a aposta, os entregaria para Deus e queria vê-los tocando harpinhas e

pulando nuvenzinhas no céu.

Findo o prazo de seis meses, Deus e o diabo voltaram a se encontrar e o segundo ficou radiante com o resultado: ganhara 70% das almas terrestres. Enquanto Deus, triste, se recolheu para conversar com seus anjos; o Chifrudo Chefe reuniu seus liderados para uma grande festa, regada a muita cachaça, maconha, cocaína, heroína, ecstasy e crack. Em dado momento, ele perguntou-lhes a causa da “virada do jogo”.

Nenhum dos demoniões abriu a boca, pois nada haviam feito de diferente. Repentinamente, um capetinha franzino, com voz sumida, falou: “Eu acho que o grande responsável sou eu, pois plantei neles a ilusão de que eles nunca vão morrer!”

Pois é, acreditando que “ficarão para sementes”, os descendentes desse capirozinho continuam se reproduzindo exponencialmente por aí e, neste momento, estão movimentando as redes sociais, espalhando fake news e fazendo o diabo para chegarem a cargos políticos, que lhes permitam fazer uma série de canalhices e ficarem impunes. Para tal, contam com outros capirotos bem ricos que os financiam e com aqueles que disso nem desconfiam.

Uma vez eleitos, eles vão defender o grande capital, o rentismo, o escravismo, o orçamento secreto, as mamatas e que se lasquem todos, principalmente os que se acham filhos de Deus, mas não sabem nem pensar e nem votar.

* A autora é licenciada em Letras, Português/Inglês, Especialista em Língua Portuguesa e Mestre em Educação



(27) 3264-1016 – (27) 99942-0102

Avenida João Felipe Calmon, 350 – Centro- Linhares/ES



Tecnologia de ponta para a sua visão!

A Bortot Clínica de Olhos conta com a tecnologia de cirurgia refrativa “mais avançada do mundo, o Excimer Laser Presbyond Zeiss. Precisão milimétrica, recuperação mais rápida e resultados precisos e eficientes.

Agende sua avaliação e veja o mundo com um novo olhar!

Av. João Felipe Calmon, 1098, Centro
CEP 29900-022 - Linhares/ES

27 3371-1505
bortotclinicadeolhos

Tribunal de Contas emite Parecer Prévio pela rejeição das contas de 2024 da Prefeitura de Ibiracú por irregularidades no equilíbrio fiscal e orçamento

Devido a irregularidades relacionadas ao equilíbrio fiscal e à gestão orçamentária, a 2ª Câmara do TCE-ES emitiu Parecer Prévio pela rejeição da Prestação de Contas Anual (PCA) de 2024 da Prefeitura de Ibiracú, sob a responsabilidade do então prefeito Diego Krentz. A decisão ocorreu na sessão virtual da última sexta-feira (24), conforme o voto do relator, conselheiro Domingos Taufner.

Os pontos analisados pela equipe técnica incluem a atuação do chefe do Poder Executivo municipal no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas, em respeito aos programas, projetos e atividades estabelecidos pelos instrumentos de planejamento.

De acordo com o relator, a análise realizada verificou que o município não atendeu integralmente aos parâmetros fiscais estabelecidos, registrando desequilíbrio orçamentário e financeiro, insuficiência de liquidez para o cumprimento de obrigações e descumprimento de regras de encerramento de mandato, além de graves distorções contábeis nas demonstra-

ções consolidadas.

Ao todo, foram confirmadas seis irregularidades. A primeira foi a ausência de indicação de metas e prioridades da administração na lei de diretrizes orçamentárias aprovada para o exercício, pois o município deixou de elencar quais programas e ações do PPA seriam prioritários para o exercício, em descumprimento à Constituição. Este mesmo erro também ocorreu em 2023, representando reincidência.

Outro ponto foi o déficit na execução orçamentária, pois o resultado orçamentário ajustado do município foi um déficit de R\$ 2.663.859,23. Isso demonstra que a Administração empenhou despesas acima do fluxo real de arrecadação disponível e realizou despesas sem recursos disponíveis nas fontes vinculadas, descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Além disso, houve um déficit financeiro de R\$ 2.333.217,69 nas fontes de recursos vinculadas, evidenciando desequilíbrio das contas públicas.

Outras duas graves infrações à LRF foram a inscrição de restos a pagar sem disponibilidade de caixa, o que



De acordo com o relator, a análise realizada verificou que o município não atendeu integralmente aos parâmetros fiscais estabelecidos

compromete a gestão subsequente. Também o gestor ter contraído obrigações de despesas nos dois últimos quadrimestres do último ano de mandato, sem suficiente disponibilidade de caixa, no montante de R\$ 1.246.507,51.

Ainda, a área técnica verificou graves distorções nas demonstrações contábeis consolidadas, o que pode indicar que o balanço geral do município não reflete adequadamente sua posição orçamentária, financeira e patrimonial ao final do exercício.

As irregularidades foram a apuração do balanço patrimonial com desequilíbrio entre ativos e passivos, e a inobservância da sistemática de

consolidação do balanço patrimonial, pois o total dos saldos finais devedores das contas contábeis diverge do total dos saldos finais credores das contas contábeis, erro que era conhecido desde janeiro de 2024 e o Município não realizou os ajustes necessários.

Desta forma, acompanhando a área técnica, a 2ª Câmara votou para emitir o Parecer Prévio recomendando ao Legislativo Municipal a rejeição das contas da Prefeitura de Ibiracú. Cabe à Câmara Municipal julgar as contas do prefeito.

O TCE-ES também determinou ao atual gestor da prefeitura que adote ações imediatas para corrigir as inconformidades relacionadas

aos indícios de descumprimento dos requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal previstos na LRF. Ainda, o tribunal deu ciência, em forma de alerta, sobre diversas ocorrências verificadas na prestação de contas, envolvendo riscos à sustentabilidade fiscal, cumprimento de metas do Plano de Educação, entre outras.

Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Contas, cabe recurso das deliberações tomadas nos pareceres prévios dos chefes do Poder Executivo. O julgamento das contas de governo é de competência do Poder Legislativo, após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas.

PROCESSO TC 5146/2025

DE CVC
TEMPORADA
BOA

ÚLTIMA CHAMADA PRA SUAS FÉRIAS

CAPIXABAS NAS
CAPITAIS SUÍÇAS
6 dias



A partir de
10x R\$862
Total R\$ 8.620*

Saída de Zurique - CH em 01/02/2027. Consulte condições.
Preço por pessoa em apto duplo.

CVC Linhares
(27) 99870-1022

Apresentado diagnóstico preliminar sobre monitoração eletrônica na proteção às mulheres

Entre os principais assuntos da pauta estiveram a apresentação institucional da Equipe de Monitoramento e Acompanhamento das Deliberações do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (EMA)

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), do Ministério da Justiça, presidido pela Subprocuradora-Geral de Justiça Institucional do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) e Conselheira Luciana Gomes Ferreira de Andrade, realizou, quarta-feira, 29, sua 528ª Reunião Ordinária, por videoconferência, para deliberar sobre temas estratégicos relacionados à política criminal e penitenciária brasileira.

Entre os principais assuntos da pauta estiveram a apresentação institucional da Equipe de Monitoramento e Acompanhamento das Deliberações do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (EMA), o debate sobre a minuta de resolução conjunta CNPCP/CNJ voltada à atenção e ao acompanhamento de pessoas egressas do sis-

tema prisional em situação de rua e o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelos Grupos de Trabalho instituídos no âmbito do Conselho.

Como um dos destaques da reunião, a Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) e Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público Claudia Regina dos Santos Albuquerque Garcia, que integra o Grupo de Trabalho na condição de colaboradora externa ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), apresentou ao Plenário os resultados preliminares do diagnóstico nacional sobre a implementação da monitoração eletrônica como medida protetiva de urgência em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Aperfeiçoamento

Instituído pela Portaria CNPCP/MJSP nº 133, de 30 de março de 2026, o Grupo de Trabalho tem por finalidade elaborar propostas normativas, diretrizes e recomendações destinadas ao aperfeiçoamento da monitoração eletrônica prevista na Lei nº 15.125/2025, buscando fortalecer a efetividade das medidas protetivas de urgência e ampliar a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

O Grupo de Trabalho é presidido pela Subprocuradora-Geral de Justiça Institucional do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) e Conselheira Luciana Gomes Ferreira de Andrade e tem como relator o Conselheiro Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito. Também o integram os Conselheiros Davi Márcio Prado Silva, Ana Elisa Liberatore Silva Bechara e Josefa Elizabete Paulo Barbosa, além das colaboradoras externas Claudia Regina dos Santos Albuquerque Garcia, Maria Claudia Tremel de Faria e Brenda Figueiredo Lima. Na oportunidade esteve presente os servidores Carlos Fernando Poltronieri Prata (MPES) e Joelmir dos Santos (CNPCP).

Durante a apresentação, foram expostos os principais avanços alcançados desde a instalação do Grupo de Trabalho, destacando-se a construção de uma metodologia nacional para levantamento de dados, a elaboração de formulário eletrônico padronizado encaminhado às unidades da Federação e os resultados preliminares do mapeamento nacional sobre a política pública de monitoração eletrônica como medida protetiva de urgência. Ao encerrar a apresentação, foi ressaltado que o fortalecimento da monitoração eletrônica representa um importante instrumento para ampliar a efetividade das medidas protetivas de urgência, contribuir para a prevenção da violência doméstica e familiar e reforçar a proteção da vida das mulheres.

Carregar o carro elétrico todo dia estraga a bateria Saiba quais são os mitos e verdades

E se a bateria acabar rápido ou será que ela dura poucos anos. Essas ainda estão entre as principais dúvidas de quem pensa em comprar um carro elétrico. Mesmo assim, a demanda por esse tipo de veículo segue em alta no mundo todo. Prova disso é que um modelo elétrico liderou o ranking global de vendas em 2025, segundo levantamento da consultoria MarkLines, mostrando como essa tecnologia está cada vez mais presente no dia a dia dos consumidores.

Para Alan Ladeia, CEO da

Carflix, parte dessa insegurança acontece porque muitos consumidores ainda tentam comparar os carros elétricos com hábitos dos veículos a combustão. O carro elétrico ainda desperta muitas dúvidas porque é uma tecnologia relativamente nova para boa parte dos brasileiros. Mas a verdade é que os sistemas atuais são muito mais inteligentes e seguros do que as pessoas imaginam. Hoje, os próprios veículos possuem mecanismos que ajudam a preservar a bateria automaticamente, afirma.

Mas afinal, quais são os mitos e verdades sobre os cuidados com a bateria do carro

1-Carregar todos os dias vicia a bateria

MITO - Os carros elétricos modernos utilizam baterias de íon-lítio com sistemas avançados de gerenciamento eletrônico. Isso significa que carregar diariamente não cria vício nem compromete drasticamente a durabilidade da bateria.

2-Manter a carga entre 20% e 80% ajudam na preservação

VERDADE - No uso diário, muitos fabricantes recomendam evitar deixar o veículo constantemente em 100% de carga. Isso porque manter níveis extremos por longos períodos pode acelerar o desgaste natural da bateria ao longo dos anos.

3- Calor excessivo pode impactar o desempenho

VERDADE - Temperaturas muito altas influenciam a eficiência térmica das baterias. Por isso, sempre que possível, o ideal é evitar deixar o veículo exposto ao sol intenso por muitas horas, especialmente durante o carregamento.

4- Carregamento rápido estraga imediatamente a bateria

MITO - O carregamento ultrarrápido não estraga a bateria, mas o uso excessivo e frequente pode gerar maior aquecimento do sistema. Por isso, é recomendável alternar entre carregamentos rápidos e convencionais na rotina.

5- Deixar a bateria zerar com frequência não é recomendado

VERDADE - Ao contrário do que muita gente acredita, esperar a bateria descarregar totalmente para recarregar não traz benefícios. Descargas profundas constantes podem acelerar o desgaste natural.

6- Carro elétrico não exige manutenção

MITO - Apesar de terem menos componentes mecânicos que os veículos tradicionais, os carros elétricos também precisam de acompanhamento periódico. Pneus, sistema de arrefecimento da bateria, freios e atualizações de software continuam exigindo atenção.

Leve a experiência da Don T-bone Steak House para o seu evento!

Transforme seu evento em um verdadeiro **espetáculo gastronômico** com o nosso **serviço de parrilla** ao vivo.

Atendemos eventos de 40 a 300 convidados, levando toda a estrutura necessária para oferecer uma experiência completa e inesquecível.

- ▣ Parrilla no local
- ▣ Equipe completa (parrilleiros, cozinheiras e garçons)
- ▣ Entradas especiais
- ▣ Cortes nobres preparados na hora
- ▣ Acompanhamentos completos
- ▣ Casamentos, aniversários, confraternizações, eventos corporativos e muito mais.

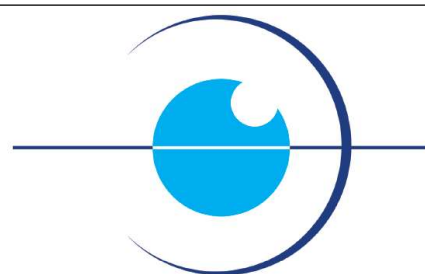


Nós cuidamos de toda a gastronomia para que você aproveite seu evento com tranquilidade.

Don Tbone Steak House

A experiência da verdadeira parrilla onde o seu evento acontecer.

(27) 99849-2103



Bressan
Clínica de Olhos

CRM-ES 859

Telefone: (27) 3264-2626

Av. João Felipe Calmon, 1115 - Linhares - ES

Setor produtivo capixaba lança manifesto para colocar planejamento e desenvolvimento no centro do debate eleitoral

As eleições de 2026 já começaram a movimentar o Espírito Santo. Em meio às discussões sobre o futuro do Estado, um grupo formado pelas principais entidades representativas do setor produtivo propõe ampliar o debate para além da disputa eleitoral, colocando em evidência os compromissos que devem orientar o desenvolvimento capixaba nas próximas décadas. É com esse objetivo que o Fórum de Entidades e Federações (FEF) lança o manifesto O Futuro do Espírito Santo exige compromisso, documento que apresenta uma agenda construída em torno do planejamento de longo prazo, da estabilidade institucional, do planejamento e da continuidade das políticas de Estado, além do foco na qualidade de vida para as próximas gerações.

A iniciativa marca o início do Movimento Ciclo Eleitoral 2026, conduzido pelo Espírito Santo em Ação e pelas entidades que integram o FEF Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Sistema Fecomércio-ES (Federação do Comércio do Espírito Santo) – Sesc e Senac, Federação das Empresas de Transportes do Espírito Santo (Fetransportes) e Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo (Faes). Juntas, essas organizações representam o setor empre-

endedor capixaba, responsável pela geração direta de mais de 730 mil empregos.

O manifesto resgata a trajetória recente do Espírito Santo, que superou uma grave crise institucional há quase três décadas para se tornar referência nacional em planejamento, gestão fiscal e desenvolvimento. A partir dessa experiência, o documento defende que as conquistas alcançadas são resultado de escolhas coletivas feitas com diálogo entre instituições e de continuidade de políticas públicas, e alerta que esse patrimônio precisa ser preservado e aperfeiçoado pelas futuras lideranças.

Para isso, o setor produtivo apresenta sete prioridades consideradas fundamentais para orientar o debate eleitoral e contribuir para uma agenda permanente de desenvolvimento do Estado: planejamento de longo prazo e continuidade das políticas de Estado; educação, qualificação profissional, qualidade de vida e inclusão produtiva; competitividade, infraestrutura e segurança para o ambiente de negócios; inovação, sustentabilidade, desenvolvimento regional e turismo sustentável; governança, transparência e segurança institucional; segurança pública, prevenção da violência e fortalecimento institucional; e saúde in-



FOTO: Palácio Archaeta - Divulgação

tegral e qualidade de vida.

Ao longo dos próximos meses, o Movimento Ciclo Eleitoral vai promover uma série de iniciativas para am-

pliar o diálogo com a sociedade e com os candidatos às eleições de outubro. A programação inclui sabatinas, podcasts, entrevistas com

especialistas, artigos de opinião, ações de conscientização e conteúdos informativos nas redes sociais e na imprensa.

CONSTRUÇÃO COLETIVA

Para o diretor-presidente do Espírito Santo em Ação, Fernando Saliba, o manifesto representa um convite para que o processo eleitoral seja conduzido com foco nas escolhas que deixarão um legado para as próximas gerações. O Espírito Santo chegou até aqui porque soube construir consensos em torno de políticas de Estado e de um projeto de desenvolvimento. O manifesto aponta a importância de preservar esse patrimônio institucional e de manter o planejamento e a cooperação como bases para o futuro do Estado, afirmou.

Atual coordenador do Fórum de Entidades e Federações (FEF) e da Findes, Paulo Baraona destaca que o movimento amplia a participação do setor produtivo nas discussões sobre o futuro capixaba.

Como representante da indústria capixaba, a Findes mantém uma atuação permanente de diálogo com os Poderes e com os diferentes atores institucionais, contribuindo para que as demandas do setor produtivo façam parte das discussões que definirão o futuro do Estado e do país. E o Movimento Ciclo Eleitoral 2026 se soma a essa atuação, fortalecendo o diálogo e a colaboração do setor produtivo capixaba em prol do desenvolvimento do Espírito Santo. O desenvolvimento do Espírito Santo depende da capacidade de criarmos agendas que ultrapassem, pontualmente, as eleições, e o Ciclo Eleitoral 2026 nasce com esse propósito estimular um debate baseado no compromisso com o futuro do Estado. Como representantes do setor produtivo, entendemos que é nosso dever contribuir para esse diálogo, sempre em defesa de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e à qualidade de vida.



APEX

Soluções
financeiras
regionais com
inteligência local.

Apex: uma plataforma de investimentos e serviços financeiros com soluções completas para os mercados regionais brasileiros.

Saiba mais



Essa coluna é publicada todas as terças, quintas e domingos

INFORME

redacao@jornalopioneiro.com.br

ESTÁGIO NO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) está com inscrições abertas para seleção de estagiários de pós-graduação em Direito, para atuação nas Promotorias de Justiça de Vitória e Aracruz, e de graduação para Afonso Cláudio e Nova Venécia. As seleções terão como critério de classificação o coeficiente de rendimento acadêmico e análise de títulos para os candidatos de pós-graduação, e período, coeficiente de rendimento acadêmico e análise de títulos para os candidatos de graduação. O estágio de pós-graduação no MPES possui carga horária de seis horas diárias (30 horas semanais), bolsa de complementação educacional no valor de R\$ 1.900,00 e auxílio-transporte de R\$ 250,00. No estágio de graduação a carga horária é de quatro horas (20 horas semanais) bolsa de R\$ 1.100,00 e auxílio-transporte de R\$ 250,00.

DESINFORMAÇÃO NAS ELEIÇÕES

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ampliou a cooperação com plataformas digitais para fortalecer o enfrentamento à desinformação nas Eleições Gerais de 2026. Foram firmados memorandos de entendimento com as empresas Meta, X, Telegram, ByteDance (TikTok), Jjoy Tecnologia (Kwai), LinkedIn e Google Brasil. A iniciativa é fruto da reunião realizada no dia 16 de julho com presidente do Tribunal, ministro Kassio Nunes Marques, e as plataformas digitais, em Brasília. Na ocasião as empresas aderiram ao Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação por meio de Termo de Adesão. Os memorandos preveem ações de cooperação específicas, definidas conforme a área de atuação e as características de cada parceiro. Os acordos têm como objetivo desenvolver iniciativas conjuntas voltadas ao combate à desinformação que possa comprometer a legitimidade e a integridade do processo eleitoral. O memorando de entendimento firmado com a Meta, que abrange os serviços Facebook, Instagram, Threads e WhatsApp, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 22 de julho. Já os memorandos celebrados com as demais plataformas foram publicados, segunda-feira (27). O acordo com a Meta terá vigência de 17 de julho a 31 de dezembro de 2026. Os memorandos firmados com as demais plataformas entram em vigor em 23 de julho e seguem válidos até 31 de dezembro. Em todos os casos, a cooperação não envolve transferência de recursos financeiros entre as partes.

SEGURANÇA ALIMENTAR

A segurança alimentar é uma pauta relevante nas discussões sobre qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e redução das desigualdades no Espírito Santo, no Brasil e no mundo. Para ampliar esse debate e incentivar a construção de soluções coletivas, o Sesc-ES realiza, no dia 7 de agosto, sexta-feira, das 8h30 às 16h30, o 2º Seminário Sesc Mesa Brasil. Com o tema “Os desafios contemporâneos da segurança alimentar e nutricional”, o evento será realizado no Centro Cultural Sesc Glória, em Vitória, com entrada gratuita. As inscrições estão abertas e podem ser feitas pelo site Lets Events. Promovido pelo Programa Assistência Social do Sesc-ES, o encontro reunirá especialistas, pesquisadores, profissionais das áreas de assistência social, saúde e nutrição, além de representantes de instituições parceiras, para discutir temas como o direito humano à alimentação adequada, soberania alimentar, combate ao desperdício de alimentos, sustentabilidade e promoção dos direitos sociais. Mais do que um espaço de palestras, o seminário propõe um diálogo qualificado sobre os impactos da insegurança alimentar na saúde e na qualidade de vida da população, além da importância da articulação entre políticas públicas, organizações sociais e diferentes áreas do conhecimento para enfrentar as desigualdades. A segunda edição do Seminário Sesc Mesa Brasil amplia o debate para a sociedade e reforça o compromisso da instituição com a promoção dos direitos sociais, como pontua a gerente de Assistência Social do Sesc-ES, Cintya Schulz.

RECURSO PLANO
SAFRA

O aumento dos recursos anunciado pelo Governo Federal no Plano Safra 2026/27 foi recebido de forma positiva pelo setor de máquinas agrícolas, mas o acesso efetivo ao crédito continua sendo motivo de preocupação. Embora o programa amplie o volume de financiamentos e reduza as taxas de juros em algumas modalidades de investimento, o maior rigor das instituições financeiras na concessão de crédito ainda limita a chegada de fato desses recursos ao produtor rural. O Plano Safra prevê R\$ 525,1 bilhões para o crédito da agricultura empresarial, um aumento de R\$ 9 bilhões em relação ao ciclo anterior. Desse total, R\$ 72,6 bilhões serão destinados aos médios produtores enquadrados no Pronamp e R\$ 452,5 bilhões aos demais produtores rurais e cooperativas. Para a agricultura familiar, foram reservados R\$ 85,2 bilhões para operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), principal linha de crédito voltada aos pequenos produtores. Segundo Felipe Vieira, diretor comercial da LS Tractor, multinacional sul-coreana com coração brasileiro, o Plano Safra 2026/27 representa um avanço ao ampliar os recursos destinados à agricultura familiar e oferecer condições mais favoráveis em importantes linhas de investimento. No entanto, a efetividade dessas medidas depende da capacidade de o crédito chegar ao campo durante toda a safra. “Nos últimos anos, vimos recursos anunciados se esgotarem rapidamente ou as operações deixarem de ser aprovadas por causa do maior rigor das instituições financeiras. O produtor precisa ter a segurança de que, quando decidir investir em um trator, encontrará o crédito disponível e condições para contratar esse financiamento”, afirma. De acordo com o executivo, o aumento da inadimplência observado nos últimos anos contribuiu para que bancos e demais agentes financeiros endurecessem os critérios de concessão de crédito. “Exigências maiores de garantias, análises mais rigorosas e menor apetite para assumir riscos reduziram o número de operações aprovadas. Além disso, enquanto não houver medidas que permitam ao produtor reorganizar sua situação financeira, uma parcela importante continuará sem conseguir acessar esse crédito”, explica Vieira.

Paulo Florêncio

É advogado, Pós-graduado em Direito e PHD - Doutorado em Ciências da Religião



“FOGE TAMBÉM DESTES...”

Ao examinar os acontecimentos descritos nas Escrituras, os cristãos encontram elementos que apontam para o tempo do fim. Talvez o texto mais conhecido seja o discurso de Jesus registrado em Mateus 24, frequentemente chamado de “Apocalipse de Jesus”. Mais tarde, no desenvolvimento da Igreja, outros escritos apostólicos reforçam esse mesmo alerta acerca dos últimos dias.

O apóstolo Paulo, escrevendo ao jovem pastor Timóteo, advertiu-o sobre o comportamento dos homens nos tempos futuros e sobre como a Igreja e os cristãos deveriam se prevenir diante da degradação moral que caracterizaria esse período.

Considerando que a segunda carta a Timóteo foi escrita entre os anos 64 e 65 d.C., impressiona como suas recomendações parecem encontrar eco nos dias atuais. No capítulo 3, Paulo escreve:

“Sabe, porém, isto: nos últimos dias, sobrevirão tempos difíceis, pois os homens serão egoístas, avarentos, jactanciosos, arrogantes, blasfemadores, desobedientes aos pais, ingratos, irreverentes, desfeituados, implacáveis, caluniadores, sem domínio de si, cruéis, inimigos do bem, traidores, atrevidos, enfatuados, mais amigos dos prazeres do que amigos de Deus, tendo forma de piedade, negando-lhe, entretanto, o poder. Foge também destes.”

Diante dessa descrição, muitos inevitavelmente fazem associações com a realidade política brasileira. Alguns enxergam nesses comportamentos traços presentes em governantes, partidos, autoridades ou representantes das instituições públicas. Outros ampliam essa percepção para diferentes grupos que exercem influência sobre os rumos

do país.

Independentemente de quem cada leitor identifique nessa advertência, a exortação de Paulo permanece atual: o cristão deve afastar-se daquele cujas atitudes nega os princípios de Deus, ainda que aparentem religiosidade. “Foge também destes” continua sendo um chamado à vigilância moral e espiritual.

Em um regime democrático, o voto constitui um dos principais instrumentos de participação cidadã. Por meio dele, cada eleitor manifesta sua consciência e sua responsabilidade diante do futuro da nação. Cabe ao cristão exercer esse direito de forma coerente com seus valores, buscando representantes que, em sua compreensão, respeitem os princípios que considera fundamentais para a vida pública.

O salmista declara:

“Bem-aventurado aquele que teme ao Senhor e anda nos seus caminhos! Do trabalho de tuas mãos comerás; feliz serás, e tudo te irá bem.” (Salmo 128.1-2)

Se somos o povo de Deus, devemos guardar os seus preceitos, confiar em suas promessas e cumprir com responsabilidade nossos deveres como cidadãos e como cristãos. Cada pessoa avaliará, à luz de sua consciência, quais propostas, ideias ou grupos políticos estão mais ou menos alinhados com os valores que professa. A advertência bíblica permanece a mesma: discernir, permanecer fiel aos princípios de Deus e afastar-se daquilo que conduz ao mal.

Precisamos trabalhar para construir um país mais justo, recuperar a confiança nas instituições, preservar a liberdade e defender os direitos dos cidadãos, sempre com responsabilidade, discernimento e compromisso com a verdade.



JORNAL O PIONEIRO

Antonio de Pádua Motta

Engenheiro agrônomo e agricultor.

NAS HORAS DE SILÊNCIO

Sexta-feira, final da tarde, um diálogo inesperado surpreendeu a família do casal Bastião de Laura e a Chef Joia no sítio Encruzilhada em Taboa de Cima. O primogênito Gracildo, o Cidinho ouve a conversa e se achega. Havia em todos um ar de espanto e curiosidade. Observando o quarto de Margaridinha viram os cabides vazios; na estante, já não repousavam os livros de Guimarães Rosa, Manoel de Barros, Lima Barreto, Rubem Alves e tantos outros autores que lhe faziam companhia nas horas de silêncio.

Joia respirou fundo e disse: A Margarida, a nossa Margaridinha encerrou seus trabalhos com a Agricultura Sintrópica - De acordo com

o dicionário Aurelio, sintropia (do grego syn, junto, e tropê, direção) um sistema produtivo baseado em regeneração de ecossistemas florestais.

“Não confundir com sinergia - coesão em torno de objetivos comuns”, ensinou Cidinho. Pois que, Margaridinha estava se tornando uma verdadeira agrofloresta. Mas, de repente...deu ruim.

Bastião chamou a moça para perto.

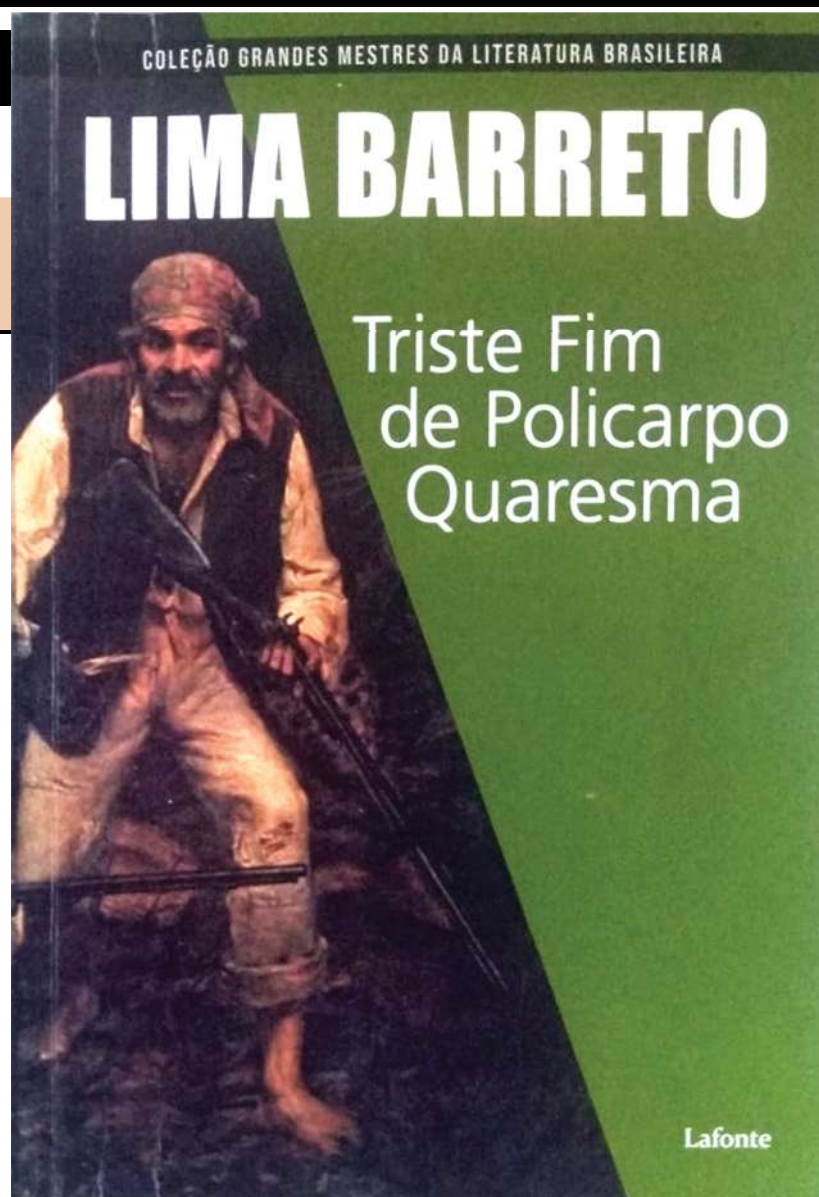
“Margaridinha do meu coração, respeito sua decisão. Você está certa disso? E que tenciona vosmecê fazer?”, indagou Bastião. Margaridinha mordeu o beijo; baixou os olhos por um instante e respondeu com a sua sinceridade habitual.

ridade habitual.

“Vou para a cidade grande, quero voltar a estudar para concurso público. Busco estabilidade, bom salário, contracheque e plano de saúde, este, está pela hora da morte”, argumentou Margaridinha.

E depois de um silêncio sepulcral digno de Pacheco, da obra de Eça de Queiroz, Bastião passou-lhe o braço sobre o ombro, dizendo-se convencido com esta argumentação.

Uma semana depois, Margaridinha transferiu a responsabilidade do Projeto Agricultura Sintrópica ao tio Ludugero de Laura, um homem trabalhador e de pele calejada pela lida diária no



Em 1915, LIMA BARRETO publica esta que seria considerada a sua obra prima

campo, que carrega a esperança. E a vida no campo continua seu curso, no país

que tem feitiche por regras, leis, burocracia... Até,



Dr. Celieti Gaburro
CRO-1781

Dr. Geraldo Magalhães
CRO-1518

Dr. Julia Magalhães
CRO-9732

Restaurações estéticas - Facetas - Clareamento - Implantes - RX Panorâmico Digital

Rua Nicola Biancard, nº 1165 - Centro - Linhares - ES - CEP: 29900-207

27 3264 - 1986 | 27 99984-5500

Sucesso da pecuária em áreas alagadiças depende de estruturas



A pecuária brasileira atravessa um momento de expansão e mudança. Em 2025, o país produziu 12,35 milhões de toneladas de carne bovina, volume recorde que colocou o Brasil, pela primeira vez, à frente dos Estados Unidos na liderança mundial de produção e exportação. Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) indicam um crescimento contínuo da atividade em 2026, com recordes sucessivos na produção de carnes e com a ampliação da área produtiva no país.

Esse avanço tem levado o rebanho para novas regiões, incluindo áreas alagadiças e ambientes de alta umidade,

condições que exigem atenção redobrada à infraestrutura das propriedades.

Essas regiões aceleram o processo de corrosão das cercas e das estruturas metálicas. Quando os materiais perdem resistência, aumentam os custos de manutenção e diminui a vida útil das instalações, explica Danilo Carmo, analista de mercado agro.

Os impactos, no entanto, vão além da estrutura. Cercas deterioradas podem gerar fugas, acidentes, mistura de lotes e maior estresse dos animais, fatores que comprometem o bem-estar e o desempenho produtivo do rebanho.

Danilo reforça a importância de soluções desenvolvidas para ambientes agressivos. Arames galvanizados de alta durabilidade e revestimentos especiais oferecem proteção superior contra a corrosão. O arame farpado Motto®, por exemplo, é indicado para terrenos alagadiços e litorâneos devido a sua tripla camada de zinco que o torna mais resistente.

Criado pela Belgo Arames, referência nacional em soluções de cercamento, o Motto® é amplamente utilizado na contenção de animais em regiões desafiadoras. Sua durabilidade o tornou o arame farpado mais vendido no Brasil e no mundo.



GEORGE FREITAS & FREITAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Dr. George Duarte Freitas Filho

OAB/ES nº 3953
georgefreitasadv@yahoo.com.br

Drª. Georgia Ribeti de Freitas Duarte

OAB/ES nº 8671
georgiarfreitas@yahoo.com.br

Dr. Thyago Salvador de Freitas

OAB/ES nº 14975
thyagosfreitas@yahoo.com.br

Drª. Brenda Moro Eliziário de Freitas

OAB/ES nº 28072
brendamoroe@gmail.com

Rua Capitão José Maria, 1388, Ed. Monsarás, salas 317/318, Centro

Linhares-ES, CEP.: 29900-903.

Tel: (27) 3371-2794 / 99760-7537



DENI

“Não pergunte à Felicidade quem ela é nem de onde veio: abra-lhe a porta para que ela entre e feche-a bem aferrolhada, para que não fuja”

>> Coelho Neto

Bom dia, **José Adelino de Paula**

DENI ALMEIDA DA CONCEIÇÃO

denialmeida@jornalopioneiro.com.br

Essa coluna é publicada todas as terças, quintas e domingos

Obras no centro

Leitor da coluna não quer ter o nome divulgado, mas sugere que “a Secretaria Municipal de Obras de Linhares realize serviços no centro da cidade no período noturno, quando o movimento de veículos é menor...”. Tem sentido.

O tal do Instagram está realmente estragando muita coisa “nesse país”. Até a Xuxa, para testar essa situação, resolveu desafiar e “mostrar” isso. Ou aquilo. Os pais que se cuidem.

O vice-prefeito de Linhares, que é candidato a deputado estadual nas eleições de outubro próximo, Franco Fiorot, é o convidado da semana para almoço no Clube das Quintas-feiras, presidido pelo empresário Luiz Rigoni.

Por falar em candidato, Felipe Rigoni, ex-secretário de Estado do Meio Ambiente no Governo Renato Casagrande e ex-deputado federal, também será candidato em outubro; quer ser deputado federal mais uma vez.

As provas objetiva e discursiva do 3º Concurso Público para Ingresso na Carreira Administrativa do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) serão realizadas neste domingo.

A 27ª Festa do Vinho e da Uva, em Santa Teresa estará acontecendo entre os dias 7 e 9 de agosto, no Parque de Exposições da cidade.

Com a volta às aulas a cidade está mais movimentada, mais alegre, porque voltou ao ritmo normal.

O comércio atual no Brás, em São Paulo, continua sendo o maior polo atacadista de moda da América Latina, mas está enfrentando desafios como operações de fiscalização em shoppings populares e oscilações no fluxo de compradores presenciais, que sumiram. E isso qualquer pessoa que por lá circula observa.

O prefeito Lucas Scaramussa vem se reunindo com sua equipe e órgãos de segurança visando os preparativos para a Expolinhares 2026, que celebrará os 226 anos de emancipação de Linhares.



FOTO: Divulgação

• **Catarina Carrareto Barreto** com os irmãos Domingos e Zacarias, em recente acontecimento social

O **POCAR Festival de Cultura**, que se encerra hoje em Conceição da Barra, oferece shows, teatro, cinema, literatura e manifestações da cultura popular. Vale a pena conferir seu último dia.



• **Tania** e o empresário **Ademar Cesconetto** sempre curtindo a vida. É isso aí

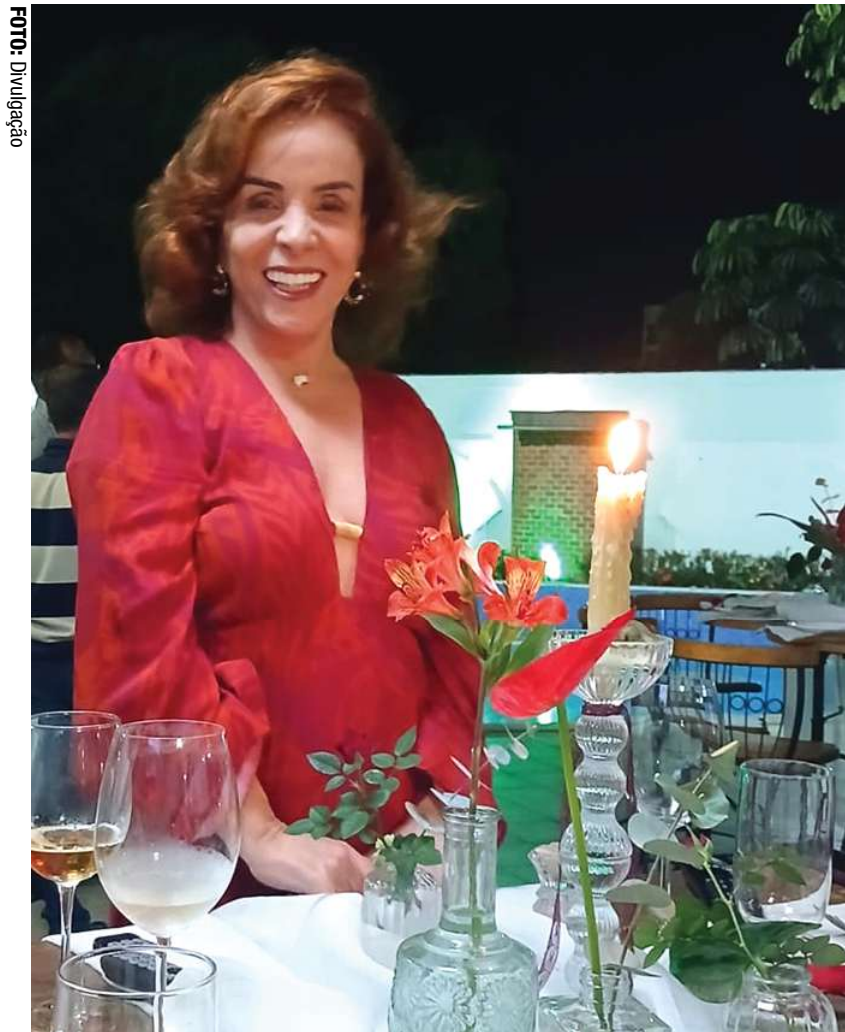


FOTO: Divulgação

• **Rita Arpini Scarpatti** em dia de festa

30 anos

As urnas eletrônicas estão completando em 2026, 30 anos, isso por que em 1996, a Justiça Eleitoral colocava em prática um projeto inovador que mudaria para sempre a forma de votar e apurar eleições no país: a urna eletrônica.